

Balanço dos três anos da "Reforma Agrária" do governo José Sarney

Centro de Pastoral Vergueiro

17 MAR 1988

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

1. DESAPROPRIAÇÕES E ASSENTAMENTOS

ANO DE 1985

1.1. Áreas desapropriadas	50 decretos	164.261 Ha
1.2. Áreas que conseguiram se imitar na posse	15 fazendas	38.583 Ha
1.3. Famílias Assentadas		Nenhuma

ANO DE 1986

1.1. Áreas desapropriadas	200 decretos	1.253.336 Ha
1.2. Áreas com posse	84 fazendas	471.838 Ha
1.3. Famílias Assentadas		7.500

ANO DE 1987

1.1. Áreas desapropriadas	148 decretos	906.389 Ha
1.2. Áreas com imissão posse	115 fazendas	655.202 Ha
1.3. Famílias Assentadas		16.338

TOTAL DE 1985 A 1987

1.2. Áreas que conseguiram se imitar na posse	398 Decretos	2.323.986 Ha
1.3. Famílias assentadas aproximadamente	214 fazendas	1.165.623 Ha
1.4. Famílias que caberiam nas áreas com imissão de posse		15.000
1.5. Famílias que caberiam nas áreas desapropriadas		40.000
		60.000

2. PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Segundo a Lei que fixou o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária de 20/10/85, entre 1985 e 1987 deveriam ser assentadas cerca de 450.000 famílias. Portanto, o Governo cumpriu apenas 3% das metas que ele mesmo fixou em lei.

O Plano Nacional fixa para 1988 uma meta de mais 450.000 famílias, mas o ministro Jader Barbalho, do MIRAD, reconhece que serão assentadas somente 200.000, demagogicamente, e nós do Movimento dizemos que, sem luta, não assentarão nenhuma!

3. O RETROCESSO POLÍTICO E LEGAL DO GOVERNO

Durante o ano de 1987, ficou definitivamente clara a posição oficial do governo federal de não levar adiante o processo de reforma agrária. Cedeu e fez o jogo dos interesses dos latifundiários.

A pá de cal na "reforma agrária" do governo foi dada de duas maneiras: legalmente e politicamente.

Legalmente, através de dois decretos: o primeiro foi em 21/10/87, o Decreto-Lei 2363/87, que impede qualquer processo de reforma agrária, pois proíbe desapropriação de terras "em produção", garante 25% das melhores terras e todas ben-

feitorias e madeira ao latifundiário, e ainda, deixa para a "Justiça" a última palavra sobre o direito de desapropriar. E, para finalizar, fechou o INCRA.

Depois, em 25/11/87, revogou o Decreto 1164 de 14/4/71, que havia sido baixado pelo governo militar. Esse decreto fixava que a 100 km nas duas margens de todas rodovias federais, todas as terras públicas seriam administradas pelo governo federal. Com a revogação, agora elas serão administradas, ou seja, distribuídas, pelos governos estaduais. Com essa medida o governador do estado do Pará, poderá distribuir nada menos do que 240 milhões

de hectares, de terras públicas, da floresta amazônica, para seus afilhados políticos, nas próximas eleições. Com isso, vai se repetir o que já fez o ex-governador José Sarney, no estado do Maranhão, nos anos 66-70, distribuindo todo estado a seus apadrinhados. Na época, os militares baixaram o decreto justamente para evitar esses abusos.

A revogação do decreto devolve às oligarquias rurais estaduais, o direito de administrarem as terras públicas ainda existentes, além de serem uma afronta ao direito do povo brasileiro, vai ser um perigo ao meio ambiente e conservação, a entrega indiscriminada de terras aos latifundiários da região.

Politicamente, o recuo do governo se fez notar em todos os campos, o que refletiu na reforma agrária também. A crise, a incompetência e a falta de legitimidade do atual governo, levou o caos ao campo também. Além da incompetência e má vontade do governo, ele deixou que a organização direitista, paramilitar, a UDR se amasse até os dentes e, hoje, a maioria dos despejos são feitos por forças conjuntas: Polícia Militar-UDR.

4. A REPRESSÃO E OS ASSASSINATOS

A repressão no campo se generalizou e consegue ser pior do que nos negros tempos da ditadura militar.

Os latifundiários organizados na UDR, já admitiram publicamente possuir mais de 70 mil armas modernas, para combater os trabalhadores. Praticam assassinatos, despejos e todo tipo de ameaças. E a Polícia e o Governo não só fazem que não enxergam, senão colaboram com essa situação.

Número de assassinatos de trabalhadores rurais, no Brasil, segundo dado do próprio MIRAD:

1985 - 207 trabalhadores rurais assassinados;
1986 - 222 trabalhadores;
1987 - 140 trabalhadores (dados aproximados até dezembro).

Nota: Todos impunes e sem nenhum processo.

A eleição de governadores estaduais do PMDB, ao contrário do que se imaginava, não significou governos democráticos, ao contrário, hoje, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enfrenta a pior repressão por parte das Polícias Militares estaduais, nos estados do Rio Grande do Sul (Gov. Pedro Simon), no estado de Santa Catarina (Gov. Pedro Ivo), Paraná (Gov. Álvaro Dias) e Espírito Santo (Gov. Max Mauro), justamente os governadores dito democráticos.

5. NÚMERO DE ACAMPAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Apesar de toda essa conjuntura negativa para os direitos dos trabalhadores rurais, a luta dos Sem Terra continua cada vez maior, pois sabemos que sem luta não vamos conseguir sensibilizar as autoridades e conquistar nossos direitos.

Atualmente existem mais de 15 mil famílias de trabalhadores *acampadas* nas fazendas, em estradas, lutando por terra, passando todo tipo de dificuldade.

Os principais acampamentos de Sem Terra, são os seguintes:

Rio Grande do Sul - 3.000 famílias; Santa Catarina - 2.500 famílias; Paraná - 1.200 famílias; São Paulo - 1.500 famílias; Mato Grosso do Sul - 1.000 famílias; Bahia - 600 famílias; Maranhão - 3.000 famílias; Sergipe - 200 famílias.

6. PERSPECTIVAS PARA 1988

A situação dos trabalhadores durante 1988 vai piorar ainda mais, diante da política do governo José

Samey. Mas certamente vão aumentar as lutas também.

Os trabalhadores rurais farão grandes mobilizações nacionais para garantir seus direitos de terra, preço dos produtos agrícolas, crédito acessível e barato, seguro agrícola, direito à saúde, direito ao trabalho e por um salário mais digno.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra continuará organizando os Sem Terra para realizarem ocupações. Continuaremos pressionando o governo e mostrando para a sociedade, que é impossível construir um país democráti-

co com 4.5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra para trabalhar, com 4 milhões de trabalhadores bóias-frias ganhando 30 dólares mensais.

Existe uma grande expectativa de que, com a possível realização de eleições presidenciais, se abram novos espaços para que os trabalhadores possam garantir seus direitos mínimos, de sobrevivência.

*Secretaria Nacional
Movimento dos
Trabalhadores
Rurais Sem Terra*

